



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 71ª
(SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 3 DE SETEMBRO DE 2008.

Publicação contida no DCL nº 179 de 06/10/08.
Servidor Luís Matrícula: 1173737



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Geraldo Naves a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 165, de 16/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 71ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da(s) ata(s).

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 70ª Sessão Ordinária.

Com as presenças dos Deputados Reguffe, Chico Leite, Batista das Cooperativas, Geraldo Naves, Leonardo Prudente, Benício Tavares, Eurides Brito, há *quorum* regimental para os Comunicados de Líderes.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Na ausência do Deputado Cabo Patrício, concedo a palavra ao Deputado Chico Leite no Comunicado de Líderes pelo Partido dos Trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa presente, assessores, pessoal da galeria, estou aqui para falar de dois assuntos. Antes, eu gostaria de justificar a ausência temporária do Deputado Cabo Patrício, que está acompanhando a filha em procedimento cirúrgico.

Sr. Presidente, eu recebi há algum tempo em meu gabinete o Sr. José Carlos Lélis dos Santos, Presidente do SINDIVARGAS do Distrito Federal. É um sindicato que defende os interesses daqueles que vendem, transportam e armazenam gás liquefeito de petróleo no Distrito Federal. Ele, como Presidente do sindicato, trouxe ao nosso conhecimento irregularidades de elevada monta. Com farta documentação estudada pela nossa assessoria, informava que as irregularidades do setor estavam empurrando os revendedores para o mercado informal. Nos últimos anos, o número de vendas formais caiu de novecentas para trezentas, enquanto que, no mesmo período, o número de revendedores clandestinos subiu de quinhentos para três mil e quinhentos. Dizla aquele presidente, na ocasião, que faltava fiscalização do Ministério Público e dos órgãos de fiscalização do Distrito Federal.

Chamo a atenção do nobre colega, Deputado Rôney Nemer, que hoje dirige a Agência de Fiscalização do DF, para o fato de que os revendedores clandestinos, além de trabalharem na total informalidade – fazendo fugir riquezas, sem pagar tributos, sem os controles próprios “consumeristas” –, desrespeitam os direitos trabalhistas e dos consumidores e colocam em risco a segurança dos consumidores do GLP no Distrito Federal.

Ele também falou da inexistência do tabelamento de preços para o GLP, ficando a regulação por conta do próprio mercado. De todas, talvez tenha feito a denúncia mais grave. A empresa multinacional SHVGAS – BRASIL LTDA, que, em realidade, detém 76% do mercado de distribuição, estimulava a informalidade quando vendia o GLP para revenda a pessoas não-autorizadas com contratos eivados de irregularidades.

Sr. Presidente, depois de um estudo, concluímos que era necessário medida persecutória. Representamos ao Ministério Público do Distrito Federal e ao Tribunal de Contas pedindo urgência em medidas não apenas fiscalizatórias, mas em medidas que coíbam imediatamente esse abuso contra o consumidor, esse abuso contra aqueles que estão na economia formal - V.Exa. sabe que a luta desta Casa contra a pirataria é de longa data - e principalmente contra aqueles pequenos comerciantes, pequenos empresários, que pagam os seus impostos e precisam da ajuda daqueles que defendem as leis, exatamente esta Casa do povo.

Então, as providências, nós tomamos. Aguardamos que os órgãos persecutórios próprios, com suas medidas, possam acabar, de uma vez por todas, com esse mercado informal, que viola direitos trabalhistas, que apenas consumidores, que afronta pequenos empresários que estão na economia formal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Sr. Presidente, ontem eu vim a este microfone chamar a atenção para o acordo feito entre o Governo e os trabalhadores do DETRAN. Não se faz paz no trânsito sem o recurso humano, que é o fundamental. Paz no trânsito não é Indústria de multa. Paz no trânsito não é assalto ao bolso do consumidor. Paz no trânsito é educação e tratamento de recurso humano em dimensão que possa colocá-lo à disposição da população.

Aquele acordo até hoje não foi cumprido efetivamente. Os trabalhadores do DETRAN, que acreditaram no Governo, e nós Parlamentares, que acreditamos no Governo, estamos mobilizados e, mais uma vez, Deputado Batista das Cooperativas, Vice-Líder do Governo; Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, e Deputado Wilson Lima, observamos ao Governo que não é possível que ele dê sua palavra, subscreva e não cumpra efetivamente o acordo com os trabalhadores. É ruim! Na política, pior do que não conseguir cumprir o acordo é acordar e não fazê-lo, porque aí vem não apenas a perda de natureza patrimonial, a perda valorativa, a perda de qualificação, mas também a perda de credibilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, tendo em vista que quase todos os colegas estão abdicando do direito de falar, eu gostaria de requerer à Mesa que suspendamos os Comunicados dos Parlamentares imediatamente para irmos direto às votações.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sr. Deputado, acabarei de chamar os Deputados, porque estamos nos Comunicados de Parlamentares, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

acho que será bem rápido. V.Exa. viu que os Líderes já abriram mão, e os Parlamentares também deverão fazer o mesmo.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aproveitar a tarde de hoje para, primeiro, fazer uma saudação aos trabalhadores que se encontram na galeria em defesa de melhorias salariais. Espero que esta Casa esteja atenta à aprovação de tal matéria.

Quero também, Sr. Presidente, neste momento, falar um pouco mais ou complementar um pouco o debate de ontem à tarde com relação ao famoso viaduto da EPTG. Nós estamos protocolando hoje o requerimento que solicita a esta Casa a transformação de uma sessão ordinária em comissão geral, com a convocação do Secretário de Transportes e do Secretário de Obras e o convite ao Deputado Federal Tadeu Filippelli para vir a esta Casa.

O Deputado Tadeu Filippelli, em contato realizado com S.Exa. ontem à tarde, logo após a sessão, confirmou-me que, de fato, houve uma mudança significativa, se não no projeto, mas no modo de execução da obra do viaduto. O planejamento inicial, a proposta original era a execução simultânea do viaduto com as demais obras, para que houvesse, portanto, a melhoria do trânsito naquela localidade. Isso não ocorreu. O Governo resolveu fazer uma obra pontualmente, o que gerou o que todo mundo está observando.

Hoje, eu assistia ao *Bom-Dia DF* quando um repórter, ao analisar o trânsito do Distrito Federal, fez vários comentários sobre diversas rodovias do Distrito Federal e, por incrível que pareça, como já se vem ocorrendo nos últimos dias, constatou que o pior ponto é exatamente o famoso viaduto da EPTG, que vem criando um transtorno muito grande para aquela população.

Quero também, Sr. Presidente, chamar atenção para outra questão de trânsito, a duplicação da DF 150, que faz a ligação entre a região da Fercal e o balão do Colorado. Há anos, a população daquela localidade vem solicitando e reivindicando a duplicação da DF 150. O Governador Arruda se comprometeu, durante a campanha eleitoral, a fazer tal duplicação. Deputado Reguffe, essa rodovia é uma das mais violentas do Distrito Federal. A quantidade de acidentes fatais naquela rodovia supera os demais índices de acidentes de veículos no âmbito do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Nós sabemos que já existe um projeto aprovado pelo DER e que já existe, inclusive, a licença ambiental feita por uma empresa, mas o Governo não disponibiliza os recursos necessários para a duplicação da DF 150. Isso poderá acarretar, infelizmente, Sr. Presidente, mais e mais vítimas fatais, no momento em que todo o País discute a necessidade de se ampliar a defesa da vida no trânsito, que se transformou numa verdadeira guerra. O Governo Federal acaba de adotar uma política pública de tolerância zero com relação à bebida. Independentemente da polêmica que essa lei gerou, nós temos de concordar com ela.

Estamos nos Comunicados de Parlamentares e, portanto, neste momento, fazemos um debate mais solo. Eu até queria muito que, durante esse debate, pudéssemos abrir um aparte, porque acabaria engrandecendo e enriquecendo o debate dos Parlamentares.

Deputado Geraldo Naves, eu tenho certeza absoluta de que todos nós queremos um trânsito eficiente, que funcione, que traga a segurança para as pessoas que moram aqui. Não posso continuar aceitando que o Governador do Distrito Federal não priorize a duplicação da DF 150.

A DF 150, além de ser uma rodovia muito importante, porque faz o escoamento de toda a produção de cimento, de brita e de outros materiais de construção feitos por aquelas fábricas, é extremamente movimentada, com caminhões pesados, estudantes e trabalhadores que passam por ali diariamente. Enfim, a DF 150 necessita urgentemente de uma política pública de segurança para aquela população.

Deputado Leonardo Prudente, apesar das matérias jornalísticas, entendo que V.Exa. ainda é o Líder do Governo; por esse motivo, peço a V.Exa. que leve isso até o Governador. Independentemente da nossa posição política de divergência - pois estamos, neste momento, em campos opostos -, não posso deixar de reconhecer que V.Exa. desenvolve seu trabalho frente à Liderança do Governo com muita competência e muita lealdade ao Governo que V.Exa. defende. V.Exa. tem sido realmente um Líder que eu respeito. Quero dizer que, apesar do que, infelizmente, hoje, alguns veículos de comunicação e mesmo movimentos internos tentam mostrar à sociedade, mesmo sendo opositor do ponto de vista partidário, tenho que reconhecer em V.Exa. a capacidade, a competência e a lealdade com que conduz a Liderança do Governo.

Portanto, solicito a V.Exa., Deputado Leonardo Prudente, que leve ao Governador o clamor daquela população com relação à DF 150, rodovia que faz o escoamento das produções de cimento, brita e etc., onde há muitos moradores de vários condomínios - de Sobradinho, do Grande Colorado, da região da Fercal - que, todos os dias, acordam e vão trabalhar sob a ameaça do trânsito extremamente violento daquela rodovia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Apesar de alguns comentários muitas vezes maldosos, eles não irão superar o trabalho que vem sendo realizado por vários Parlamentares desta Casa no sentido de levar à população aquilo que é mais correto e mais sério.

Quero terminar a minha intervenção, Sr. Presidente, pedindo ao Deputado Leonardo Prudente que faça esse pedido ao Governador.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação à DF 150, eu gostaria apenas de esclarecer o seguinte: vinte dias atrás houve uma reunião em que estiveram presentes a Secretária Ellana Pedrosa e o Vice-Governador Paulo Octávio e o pessoal da fábrica de cimento. Essa reunião foi divulgada em toda a imprensa. Parece que a reunião foi extremamente produtiva: houve um acordo e eles marcaram uma nova reunião com o DER, para viabilizar realmente o que V.Exa. está falando. Realmente a DF 150 é perigosa.

A respeito dos viadutos, eu também apurei. O primeiro que foi inaugurado vai ter toda aquela linha marginal que segue a EPTG, e virão mais três viadutos. A informação que eu tenho é que a obra toda se finalizará em 2010.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra a Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, jornalistas, pessoas na galeria, o que me traz a esta tribuna hoje é uma matéria de primeira página do *Correio Braziliense* que diz que os hemofílicos de Brasília estão sem medicamentos.

Como mãe de hemofílico, eu não poderia deixar de engrossar esse apelo ao Governo junto à Secretaria de Estado, pois meu filho tem hemofilia grave. Quando falta remédio para um hemofílico, além de ele sofrer dores terríveis nas articulações, ele corre risco de morrer. Então, este apelo vem para engrossar o apelo dos hemofílicos que estão sofrendo esse descaso do Governo.

Quando o hemofílico está com dor, o sangramento vai caindo nas articulações, e isso dói muito, é muito dolorido. Quando se injeta o remédio, a dor é retirada quase com a mão. É instantânea a manifestação do remédio no organismo do hemofílico.

Então, eu gostaria muito que a Secretaria de Saúde hoje se detivesse nesse problema, que pode ser fatal ao hemofílico.

Sr. Presidente, muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como fui citado de forma muito cordial e gentil pelo Deputado Paulo Tadeu, agradeço as manifestações carinhosas que recebi de S.Exa. aqui desta tribuna.

Quero me somar a S.Exa. no seu apelo em relação à duplicação da DF 150 até porque, nos anos de 2005, 2006, e, se não me falha a memória, em 2007, dirigi, por emenda parlamentar, recursos para que aquela rodovia fosse duplicada, porque conheço o volume de veículos que passam naquele local, o perigo iminente que ronda toda aquela região em função do grande fluxo de veículos que ali circulam, e, portanto, entendo, assim como S.Exa., que a obra é de prioridade zero, nem é de prioridade um, mas de prioridade zero. Quero me associar a V.Exa. na defesa incondicional e intransigente dessa obra.

Sobre algumas notícias veiculadas a respeito da Liderança de Governo, quero externar que, no mês de julho, ao término do semestre legislativo, em um encontro com o Governador, levei o relatório de prestação de contas das nossas atividades do semestre e sugeri-lhe que fizesse um rodízio na Liderança. Eu entendia que Isso era salutar e necessário, até porque já havia um ano que eu estava à frente da Liderança. É uma missão nobre, que muito me honra, mas que, de certa forma, traz muito sacrifício à nossa base eleitoral.

Então, eu disse ao Governador que, dos dezenove Deputados de sua base - dos quais eu fazia parte -, ele tinha deztoito Deputados aptos a ocupar a Liderança de Governo, entre eles, o Deputado Batista das Cooperativas, que é meu Vice-Líder; o Deputado Benício Tavares e a Deputada Eurides Brito, que já foram líderes no governo passado e pelos quais fui liderado com muita competência e equilíbrio; e eu mesmo tomei a liberdade, sem consultar o Deputado Benício Tavares, de sugerir o nome de S.Exa. naquela oportunidade, no início do mês de julho.

O Governador entendeu, Deputado Benício Tavares, que aquele não era o momento de fazer mudanças na Liderança e fez um apelo para que eu pudesse continuar.

Fui à Goiânia ontem acompanhar minha esposa e, ao retornar, num encontro que tive com o Governador, perguntei-lhe se S.Exa. não gostaria que fizéssemos essa transição. O próprio Governador reiterou o apelo para que continuássemos no comando, à frente da Liderança do Governo. Agradeço a confiança que S.Exa. tem nos depositado. Agradeço, mais ainda, a confiança de cada Deputado, não só os da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

base, mas os da Oposição, como os Deputados Reguffe e Paulo Tadeu, que têm nos acompanhado e ajudado na condução dessa difícil missão.

É com muita humildade que peço a compreensão e o apoio dos amigos para que possamos dar continuidade ao processo de construção que estávamos fazendo, votando apenas os projetos que estivessem com consenso. Podemos avançar na discussão daqueles que não tiverem consenso e, se ainda não for possível o consenso, trazê-los para voto. Mas que possamos, efetivamente, manter o equilíbrio nesta Casa, em especial entre as forças de oposição. Mantendo o respeito que sempre tivemos pela Oposição e que sempre teremos enquanto eu estiver à frente da Liderança do Governo.

Quero agradecer as manifestações de carinho que recebi, durante esses dois ou três dias, em função das matérias veiculadas. Creio que esse tipo de informação nada contribui para a melhoria do nosso Parlamento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e todos as pessoas presentes que estão defendendo os seus interesses.

Eu queria me dirigir ao meu amigo Deputado Batista das Cooperativas, como Líder da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e fazer uma denúncia pedindo-lhe ajuda sobre o ocorrido na Nova Colina na sexta-feira.

Nova Colina é uma comunidade próxima a Sobradinho. Eu, como participante da base do Governo, há muito tenho lutado, Deputado Paulo Tadeu, para trazer benefícios para aquela comunidade, como asfalto, escola e uma série de coisas.

Consegui, juntamente com o Governador Arruda, que fosse formada uma comissão para ir à Nova Colina ver as prioridades daquela comunidade para que iniciássemos o trabalho. Comparecemos eu, o Secretário de Governo José Humberto e o Presidente do DER, para conversarmos a respeito do asfaltamento da DF330 e de toda a comunidade de Nova Colina, bem como da construção de uma escola com todas as benfeitorias que aquela comunidade merece. Todos sabemos da dificuldade que temos no IBAMA e nos órgãos competentes para fazermos asfalto e outros benefícios.

O que me deixou surpreso, Deputado Batista das Cooperativas, foi que, na mesma sexta-feira, logo após a saída da comissão do Governo, da Nova Colina, entraram as máquinas, jogaram o piche preto e fizeram o asfalto sem fazer uma pavimentação, águas pluviais e muito menos rede de esgoto. Eu fico impressionado com o tamanho desmando que hoje ocorre dentro dessas comunidades.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Alguns parlamentares e alguns líderes se acham no direito de na truculência fazer um asfalto na comunidade sem ao menos pegar uma licença da Administração de Sobradinho. Afirmo a V.Exa. que o administrador não tinha conhecimento disso. Fico impressionado como é que uma pessoa coloca 300m de asfalto na comunidade sem autorização do IBAMA e muito menos do conhecimento do Governo.

O que me deixa mais perplexo ainda é como uma empresa do porte da DANLUZ, que presta serviço para o Governo e para a nossa comunidade, submete-se e atende uma solicitação de tamanha gravidade como essa. Como uma empresa qualificada como a DANLUZ pode, simplesmente, mandar uma máquina fazer um asfalto sem que tenha havido algum tipo de autorização ou de reivindicação?

O que eu queria registrar, Sr. Presidente, é que isso foi uma agressão ao meio ambiente. Eu, particularmente, sou testemunha da dificuldade por que aquela comunidade passa na época das chuvas, exatamente porque não existem águas pluviais e escoamento. Estamos com um processo para asfaltar toda a Nova Colina, em nome do Governo. Contudo, esse processo será retardado, pois a desobediência e a falta de respeito que houve lá realmente agrediram o GRPU, que, diga-se de passagem, Deputado Paulo Tadeu, foi comunicado e sabia da situação. Foi uma desobediência ao IBAMA e ao próprio Governo.

Eu gostaria que, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. tomasse as devidas providências. Acho que isso não pode ficar impune. Essa empresa tem de receber uma sanção, uma multa pesada, porque, realmente, um desmando desse na Capital da República não pode mais acontecer simplesmente porque um deputado quer afrontar o outro. Era isso o que eu tinha a falar.

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a palavra, neste momento, diante do pronunciamento do Deputado Raad Massouh. A gravidade dessa denúncia feita pelo Deputado gera, por parte deste Parlamento, a necessidade de se fazer uma verificação do que aconteceu. Um asfalto feito dessa maneira, sem licença ambiental e sem acompanhamento dos órgãos públicos, pode parecer bom para a população, em um primeiro momento, mas sabemos que, ao cair da primeira chuva, ele, geralmente, gera um problema muito sério para a própria sociedade, com a abertura, inclusive, de erosões e crateras. A falta de um projeto de águas pluviais pode ocasionar danos para residências que ficam próximas às ruas que foram asfaltadas sem uma licença.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

A empresa que prestou esse serviço — o Deputado Raad Massouh citou o nome dela aqui — deveria ser convocada ou convidada por esta Casa para dar explicações. Precisamos saber quem autorizou ou mandou essa empresa fazer tal serviço, que, da maneira como foi feito, é um crime ambiental, além de ser um crime social porque, como eu disse, num primeiro momento pode parecer bom para a sociedade, mas depois pode se transformar em um verdadeiro transtorno para a população da Nova Colina.

Imagine, Sr. Presidente, se, de repente, começarem a asfaltar ruas e mais ruas sem levar em consideração a engenharia, a necessidade de licença ambiental, de captação de águas pluviais e, lá na frente, percebermos que aquilo criou, na realidade, um grande problema para a nossa comunidade?

Então, quero me somar ao Deputado Raad Massouh na defesa da melhoria da qualidade de vida daquela população, com asfalto, escola, segurança, mas também me somar a S.Exa. na preocupação com esse tipo de obra, que é clandestina, feita a céu aberto. Acredito que devemos exigir do poder público local a fiscalização e saber quanto foi gasto, porque aquilo não foi feito de graça. Não acredito que a empresa resolveu asfaltar como caridade à população, ainda mais sendo uma empresa capitalista. Então, acredito muito que devemos fazer uma investigação com relação a esse episódio.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu pronunciamento é alusivo ao que o Deputado Raad Massouh falou. Quero me solidarizar com o que S.Exa. disse e fazer minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu, que é membro da nossa Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

Desejo dizer ao Deputado Raad Massouh e aos demais Parlamentares desta Casa, Deputado Geraldo Naves, que vamos imediatamente analisar a questão, abrir um processo de averiguação para sabermos o que está acontecendo no Nova Colina.

Na realidade, Deputado Wilson Lima, tem sido uma prática do Governo Arruda não fazer obras Imediatistas, e há de se ter uma preocupação muito grande com isso. Sabemos que qualquer pavimentação asfáltica não é uma mera colocação de massa asfáltica. Ela é precedida de todo um processo de águas pluviais, de drenagem, de aprovação por órgãos ambientais, principalmente em se tratando de um dos chamados condomínios Irregulares. Sei que precisamos de autorização do IBAMA e da Gerência Regional de Patrimônio da União. Isso está ocorrendo no Riacho Fundo II, onde já contamos com a possibilidade real de começar a atender 5.089 moradias, 207 cooperativas. Estamos aguardando somente os procedimentos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

ambientais finais para começar um processo que não seja imediatista, mas, sim, definitivo, correto, verdadeiro.

Portanto, na condição de Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, quero me somar ao nobre Deputado Raad Massouh, que também é membro daquela Comissão. Vamos, imediatamente, buscar as providências.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar aos Parlamentares desta Casa que hoje houve uma morte no CAJE. Repito as palavras do poeta: a crônica de uma morte anunciada. A morte aconteceu em uma ala da instituição que abriga adolescentes em internação provisória, adolescentes que estão aguardando sentença. Em média, dois terços daqueles adolescentes obterão uma medida mais branda do que a medida de internação, não serão sentenciados para internação na instituição. Ali há adolescentes de 12, de 13 anos. Um deles, por exemplo, que está em medida provisória de internação em função de ter aberto o carro de outra pessoa, com a intenção de furto, talvez não tivesse de estar lá.

O CAJE não é uma instituição para abrigar adolescentes em internação provisória. Aquela ala tem capacidade para 44 adolescentes. Deveria haver ali, no máximo, 44 adolescentes, mas hoje há 72. Já houve momentos em que aquela ala abrigou 116 adolescentes. Não é preciso dizer que os adolescentes estão amontoados. Uma cela ou um quarto, como se queira dizer, que deveria abrigar dois adolescentes comporta cinco adolescentes. Sem iluminação e ventilação natural, os adolescentes chegam a levar choques na época da chuva e convivem com ratos, apesar do esforço da direção de constantemente desratizar o local. Eles ainda dormem em colchões mofados e estiveram durante um ano sem toalhas. A instituição disponibiliza sabonetes para os adolescentes quando os servidores e a direção arcam com os próprios recursos, pois não há sabonete, creme dental. E, quando o fazem, eles utilizam a verba de pronto atendimento, que deveria ser usada não para as despesas continuadas e previsíveis, mas, sim, para as despesas inusitadas.

Houve a morte de um adolescente, que entrou na vida infracional porque sonhava em ter uma bicicleta. Um adolescente com primeira passagem na instituição, pois nunca tinha cometido nenhum ato infracional. A dor da família é imensa.

Já fizemos inúmeros relatórios daquela ala, já estivemos no Tribunal de Justiça, na Vara da Infância e da Juventude, na Secretaria Especial de Direitos Humanos e, por inúmeras vezes, solicitamos ao Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, que marcasse uma discussão com o Governador José Roberto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Arruda. Aquela ala está inadequada, pois não há um número suficiente de servidores para assegurar a integridade física daqueles adolescentes e a dos profissionais daquela instituição.

Paradoxalmente, há um centro de internação em Planaltina, conhecido por CIAP, Internação de Adolescente, com capacidade de acolher aproximadamente noventa adolescentes. Esse centro custou aos cofres públicos, recursos do povo do Distrito Federal, R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Ele foi concluído devido a um acordo firmado no governo anterior de que seria cumprido aquilo que a lei prevê, com a iminência de Intervenção do Governo Federal, aqui no Distrito Federal. Essa instituição foi construída há três anos, e há três anos está fechada, deteriorando-se, enquanto há depósito de adolescentes sem qualquer tipo de atividade, vivendo em condições absolutamente violadoras da dignidade humana.

Essa ala teve, no primeiro semestre de 2008, quase três vezes mais ocorrências internas do que a segunda ala, onde houve maiores ocorrências.

Há adolescentes, Sr. Presidente, que, findados os quarenta e cinco dias, são postos em liberdade por sentença judicial sem que tenha havido a sentença sobre a infração que cometeu. Há adolescentes que não ficam em liberdade em Brasília e há aqueles que ficam em liberdade aguardando a sentença, mas fogem da cidade.

A impunidade está se estabelecendo nesta cidade, porque o corpo técnico da instituição não tem condições, devido ao número de profissionais que tem, de fazer os relatórios imprescindíveis para a sentença. Há adolescentes, como um daqueles que estavam no quarto, onde aconteceu o homicídio, que está preso há sessenta dias, mas que deveria ficar só quarenta e cinco dias.

Por isso, encerro minhas palavras com a seguinte pergunta: o que o Governo do Distrito Federal quer? Mais uma morte? Quem irá consolar a dor da família de um adolescente, com a primeira passagem naquela instituição, que entrou na vida infracional porque queria uma bicicleta, mas que hoje está morto?

A postura imediata do Governo é fazer com que o subsecretário da Assejus e o Coordenador de Medidas fiquem no CAJE. Para que vão ficar lá? Para conhecer a realidade que já deveriam conhecer, porque são gestores.

Então, aqui concluo dizendo que o Governo tem de abrir imediatamente aquela unidade para preservar a integridade física dos servidores, que hoje discutem a greve, porque não têm condições de trabalhar, e daqueles adolescentes que estão sob custódia do Estado.

Não queremos mais anunciar mortes que ocorrerão pela incompetência do Governo do Distrito Federal em cumprir a lei.

(Assume a Presidência Deputado Paulo Tadeu.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 165, de 16/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 71ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou apresentando um requerimento - que eu gostaria de discutir com o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Batista e com a Deputada Eurides Brito, também Integrante dessa comissão - para que, na semana que vem, realizemos uma Comissão Geral para discutir o PDOT.

Creio que assumimos um compromisso, nós três, juntamente com o nosso Líder e o Presidente, de fazermos reuniões técnicas com a sociedade. Por isso, acredito que está na hora de começarmos, efetivamente, uma discussão interna na Casa, aberta a todos, para debatermos esse projeto na última fase de apreciação.

O ideal seria propormos, para quarta-feira e quinta-feira da semana que vem, uma reunião conjunta das três comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Transformaríamos duas sessões em Comissão Geral para debatermos o PDOT.

Quero também parabenizar o Deputado. Essa Iniciativa demonstra a maneira transparente com que pretendemos conduzir esse debate.

É preciso apresentar o requerimento para que, se for o caso, o aproveemos hoje aqui no Plenário, transformando as duas sessões ordinárias de quarta-feira e quinta-feira em Comissão Geral para discussão do PDOT, conforme solicitação do Deputado Benício Tavares. Essa solicitação foi feita em conjunto com as demais comissões - a Comissão de Constituição e Justiça, a Comissão de Assuntos Fundiários e a Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo -, que juntas participarão dessa discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, quero parabenizar o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Benício Tavares, a Deputada Eurides Brito e o Deputado Batista das Cooperativas pelo trabalho incansável que os três relatores têm realizado em relação ao PDOT.

Vejo, pelo andar dos trabalhos, que o momento é bastante oportuno para que esta Casa possa trazer as contribuições da sociedade que surgiram durante as audiências públicas, a fim de que os relatores possam comunicar à Casa e à população aquilo que vem sendo construído em relação ao PDOT.

Portanto, pela Liderança do Governo, estamos de acordo com a transformação das sessões ordinárias de quarta-feira e quinta-feira, da próxima semana, em Comissão Geral para discussão do PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência aguarda o envio à Mesa do requerimento, para que seja submetido ao Plenário.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda sobre esse assunto, quero parabenizar o Deputado Benício Tavares. Esse requerimento é de iniciativa conjunta das três comissões. Apoio a realização da Comissão Geral para discutirmos na quarta-feira e quinta-feira o PDOT, até porque em todas as audiências que fizemos, alusivas à discussão do PDOT, comprometemo-nos a voltar a discutir essa questão nas reuniões técnicas. Adianto que estamos trabalhando para apresentarmos um relatório conjunto das três comissões.

Sabemos como o PDOT abriga temas polêmicos, e não poderia ser diferente, pois estamos discutindo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal para os próximos dez anos. Esta discussão na Casa ocorre em momento adequado. Daremos, inclusive, oportunidade para que os outros Parlamentares possam participar da discussão na quarta e na quinta-feira.

Somo-me a esse pensamento, pois é muito proveitoso.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Quero fazer uma retificação ao requerimento da bancada do Partido dos Trabalhadores com relação à data da comissão geral. Em vez de realizar-se no dia 10 - pois já há consenso sobre a data da comissão geral para tratar da questão do PDOT -, realizar-se-á no dia 18. Este Plenário terá que aprovar o requerimento.

Assim, está retificada a data: de 10 de setembro de 2008 para 18 de setembro de 2008 - comissão geral para discussão do transporte, em especial o viaduto da EPTG.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito retirada de pauta e, também, de tramitação - tenho aqui o expediente do chefe da Casa Civil e recebi a informação de que o Sr. Governador já está encaminhado uma mensagem - dos Projetos nºs 86/2008; 897/2008; 873/2008 e 874/2008, correspondentes aos Itens nºs 12, 17, 19 e 20 da Ordem do Dia de hoje. O Sr. Governador solicita a retirada de tramitação desses projetos, que não foram ainda discutidos nem mesmo em primeiro turno.

Solicito, também, que apreciemos os vetos sobre os quais já há consenso, iniciando pelo Item nº 1. Ao término da apreciação dos vetos, que apreciemos, primeiramente, o Item nº 14, que trata da proposta de mudança material dos objetivos do Fundo de Arte e Cultura – FAC. Este é um pedido da Secretaria de Cultura, reiterado pela Deputada Eurides Brito. O projeto propõe uma mudança de denominação, não há nenhuma mudança substancial. Este seria o primeiro item a apreciarmos após a apreciação dos vetos em que há consenso.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já votamos o Projeto de Lei nº 61, de 2007, que dispõe sobre a pesagem obrigatória dos botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo, em segundo turno. Entretanto, devido a atraso por problema burocrático, solicito que este projeto seja votado em segundo turno; é o Item nº 10 da pauta. Solicito também a apreciação do Item nº 25.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acatamos a solicitação trazida pelo Líder de Governo, Deputado Leonardo Prudente, para retirada de pauta dos itens de autoria do Executivo já citados.

Iniciaremos a apreciação dos vetos. Item nº 1.

Logo em seguida à apreciação dos vetos e dos projetos solicitados pelo Deputado Leonardo Prudente, apreciaremos os projetos solicitados pelo Deputado Dr. Charles.

Item nº 1:

Apreciação do Veto Parcial ao § 3º do art. 7º, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2.387, de 2006, de autoria do Poder Executivo, que "introduz alterações no art. 7º da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que Institui no Distrito Federal o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA."

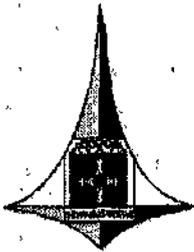
Relator: Deputada Eurides Brito (PMDB) - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Na ausência da Relatora, Deputada Eurides Brito, solicito ao Deputado Pedro do Ovo que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para proceder à leitura do relatório) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito PNUB

RELATÓRIO DE VETO Nº , DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL, aposto ao Projeto de Lei nº 2.387/2006, que "Introduz alterações no Art. 7º da Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA".

PELO DO VOTO
RELATORA: Dep. EURIDES BRITO

Com a Mensagem nº 149/2008, o Governo do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa os motivos do Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei em epígrafe, nos termos do § 1º do art. 24 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

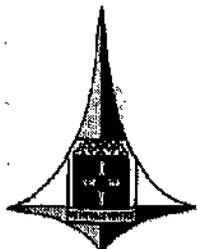
A proposição em exame, de autoria do próprio Poder Executivo, versa sobre os débitos não cobrados pelo valor apurado com a venda de sucatas ou veículos, quando leiloados pelo DETRAN-DF, afastando a responsabilidade do arrematante, quanto às dívidas anteriores.

Durante a tramitação, o referido projeto recebeu emenda na Comissão de Constituição e Justiça, acrescentando um parágrafo ao referido projeto, transcrevemos:

"Os valores vincendos referentes ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, quando da transferência de veículos, poderão ser pagos na forma do art. 1º, § 6º e art. 2º, § 5º, desta Lei, devendo a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal promover a transferência do lançamento da dívida da cota única ou parcelas vincendas para o adquirente, desde que os veículos permaneçam licenciados e cadastrados no Distrito Federal".

Na justificativa da emenda apresentada, os autores alegam que a inclusão do § 3º busca adequar a necessidade dos compradores e vendedores de veículos com as regras estabelecidas pelo mercado informal, além de ser uma reivindicação antiga da Associação das Empresas Revendedoras de Veículos do Distrito Federal - AGENCIAUTO. Informam, ainda, que os compradores somente poderão manter o parcelamento, não necessitando antecipar o pagamento, se os

em Silva



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Distrital Eurides Brito PMDB

veículos continuarem registrados no DF, ou seja, permaneçam licenciados e cadastrados no território do Distrito Federal.

Nas razões de veto encaminhadas a esta Casa, o Governo assevera que o § 3º, introduzido por emenda parlamentar, é contrário ao interesse público, não sendo inconstitucional.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em agosto de 2008.

~~Deputada **EURIDES BRITO**
Relatora~~
~~DEP. PEDRO DO OVO
RELATOR~~



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme acordado com a Deputada Eurides Brito, autora da emenda, o nosso encaminhamento é pela manutenção do veto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o posicionamento da bancada do Partido dos Trabalhadores é pela rejeição do veto, porque ele não foi justificado.

Em verdade, a emenda apresentada, uma emenda lúcida, coadunada com os interesses dos contribuintes do Distrito Federal, é para que, ao comprar um veículo que tenha o IPVA parcelado e ficando ele no Distrito Federal, o comprador permaneça com o direito de pagar parceladamente o IPVA, isto é, que não tenha, em princípio, como premissa de compra o pagamento global do IPVA. É apenas para assegurar a todos os contribuintes o parcelamento. Se o veículo permanece no Distrito Federal e não foram pagas ainda todas as parcelas, pelo antigo proprietário, por que eu tenho que obrigar o comprador a quitar esse IPVA? Se assim ocorrer, capturaremos um direito que todos os donos de veículos do Distrito Federal têm.

Parece-me absolutamente inadequado o veto do Governador, que quer tirar um direito de parcelamento já assegurado. S.Exa. parte do pressuposto de que todos que compram veículos com IPVA já parcelados não honrarão o compromisso. Isso fere, inclusive, os princípios legais que norteiam a vida e esta sociedade brasileira. Achamos que a emenda é lúcida, sábia e coadunada com a legislação vigente. Ela foi objeto do veto parcial do Governador, mas gostaríamos de chamar cada Parlamentar desta Casa a se posicionar contra a insensatez, a se posicionar pela permanência do direito, a favor dos contribuintes do Distrito Federal, que já sofrem uma profunda carga tributária. Sabemos que uma injustiça tributária vigente neste país penaliza muito mais as pessoas físicas do que, por exemplo, os bancos, que têm um lucro imenso com tarifas cobradas dos clientes e, que, proporcionalmente, pagam menos impostos do que um trabalhador brasileiro.

Portanto, não permitamos que aqueles que estão comprando veículos usados tenham o direito de parcelar o IPVA roubado. Conclamo todos os Parlamentares desta Casa a votar "não", a rejeitar o veto do Governador, que não se sustenta sob o ponto de vista do direito, sob o ponto de vista da defesa do contribuinte nem sob o ponto de vista da própria arrecadação. Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

+ VETO TOTAL * VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): 03 = do A. 1 7º (A. 1º)

+ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

* PROJETO DE LEI Nº(S) 2.387/06

Autor: Deputado(a): Relator: Deputado(a): Pedro do OVO [X] Executivo

Table with 6 columns: P/S, NOME DO DEPUTADO(A), SIM, NÃO, ABST, AUS. Lists 26 deputies and their votes, with a total row at the bottom showing 16 SIM, 03 NÃO, and 05 AUS.

ASSP SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA ASSP Nº 1 Fls. °

Summary table with 2 columns: Category (VOTOS 'SIM', VOTOS 'NÃO', ABSTENÇÃO, AUSÊNCIAS) and Count (16, 03, -, 05). Includes VETO MANTIDO and VETO REJEITADO checkboxes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 165, de 16/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 71ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Antes de passar a Presidência ao Deputado Alírio Neto, eu gostaria, em nome da Mesa Diretora, de saudar os servidores da Fazenda e da Segurança Pública que se encontram na galeria para assistirem à apreciação de projeto que é de interesse desses trabalhadores. Sejam bem-vindos a esta Casa. Daqui a pouco, espero que comecemos a analisar e apreciar os projetos desses servidores.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Assumo a Presidência dos trabalhos desta Casa. Preliminarmente, eu gostaria de saudar os meus colegas da Polícia Civil, da carreira de apoio. Sejam bem-vindos a esta Casa. É um prazer tê-los aqui acompanhando nossos trabalhos.

Item nº 2:

Apreciação do Veto Parcial ao Parágrafo Único do art. 1º do Projeto de Lei nº 851, de 2008 (Mens. Nº 157/08 - GAG), de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro do Ovo para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



PARECER Nº. DE 2008

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº. 851/2008, que “Dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado PEDRO DO OVO

I – RELATÓRIO

Por intermédio da Mensagem nº. 157/2008 - GAG, de 06.06.2008, o Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal comunica ao Presidente desta Câmara Legislativa que, nos termos do art. 74, § 1º da Lei Orgânica do Distrito Federal, ao sancionar o Projeto de Lei nº. 851/2008, transformado na Lei nº. 4.151, de 05 de junho de 2008, opôs veto parcial ao parágrafo único do art. 1º do substitutivo.

O Substitutivo proposto ao Projeto de Lei nº. 851/2008, de autoria do Poder Executivo, trata da expedição de Alvará de Localização e Funcionamento de Transição nos estabelecimentos que possuam Alvará de Funcionamento a título precário, expedido por ato da Administração Pública anterior a esta Lei, dentro do prazo de validade, cuja atividade se encontra em desconformidade com o uso previsto e legislação urbanística; nas edificações que não possuam Carta de Habite-se; nos imóveis onde se pretendam desenvolver a atividade econômica inserido em área passível de regularização; e nos parcelamentos considerados de interesse público.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A proposição tramitou nesta Casa em regime de urgência pela Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, e pela Comissão de Constituição e Justiça.

Tendo sido, portanto, aprovada na forma regimental, foi à proposição, nos termos do art. 74 da Lei Orgânica do Distrito Federal, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, para sanção.

Em sua exposição de motivos, o Governador assevera que o referido projeto é derivado de proposição inicialmente encaminhada pelo Poder Executivo, cuja finalidade era consolidar o sistema legal relativo à expedição de alvarás no Distrito Federal, que apresentava proposta de legislação moderna e atualizada, que permitia uma convivência harmoniosa entre agentes econômicos e a população usuária dos serviços prestados.

A emenda aprovada resulta de iniciativa parlamentar apresentada nos termos do art. 146 do Regimento Interno da Câmara Legislativa.

Nada obstante a iniciativa parlamentar tenha sido exercitada com supedâneo na disposição regimental indicada, impende registrar que a matéria versada na emenda está inserida dentre aquelas cuja iniciativa legislativa está reservada ao Chefe do Executivo.

É certo que o parlamentar pode apresentar emendas às proposições legislativas emanadas do Executivo. Entretanto, é preciso lembrar que, nos casos de iniciativa reservada, mesmo quando não resulte aumento de despesa, o que é vedado, a via da emenda não pode ser utilizada de forma a desfigurar o projeto ou alterar o objetivo visado.

A prerrogativa política conferida ao Chefe do Executivo tem como um dos seus fundamentos o fato de que as Casas Legislativas, apesar de estarem preparadas para produzir leis e exercerem o relevante papel de fiscalização e de representação popular, não detêm profundo conhecimento das questões administrativas que envolvem o gerenciamento estatal.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Além disso, a norma preserva também a independência e separação entre os Poderes. Destarte, admitir que uma emenda sobreponha-se a projeto que disciplina matéria de competência do Executivo seria tornar letra morta à reserva de iniciativa.

As emendas que poderiam ser admitidas, no caso vertente, seriam tão somente aquelas que não imponham aumento de despesa e não transfigurem a proposta original. No presente caso, a forma como foi redigido o *parágrafo único* do artigo 1º, estabelece a dispensa atribuições, causando confusão nas suas aplicações.

A emenda apresentada na forma de substitutivo não só se mostra ofensiva ao disposto no art. 71, §1º, IV, da Lei Orgânica, como também contraria as normas de técnica legislativa. Ressalte-se que o restante da matéria continua tramitando através do Projeto de Lei nº 862/2008.

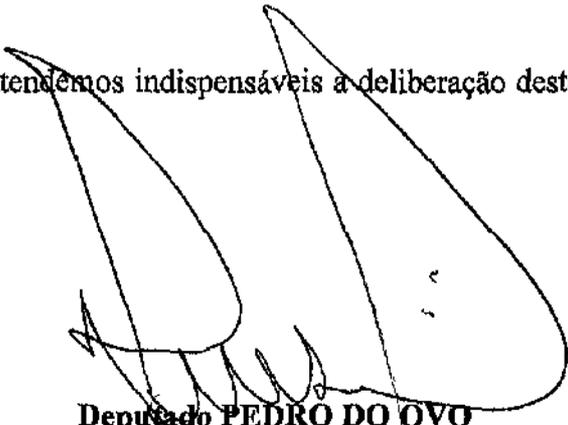
Nessa ótica, constata-se, que é forçoso concluir que o parágrafo único do art. 6º da proposição, sujeita-se à oposição de veto, pois interfere em atividade típica do Executivo.

Assim, o Governador conclui que vetou parcialmente o parágrafo único do artigo 1º do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 851/2008, por inconstitucionalidade decorrente da afronta aos artigos 19, 53, *caput*, e 71, §1º, IV, 100, inciso IX, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São estas as considerações que entendemos indispensáveis a deliberação desta Casa sobre o veto parcial em questão.

Sala das Comissões, em

Deputada EURIDES BRITO
Presidente



Deputado PEDRO DO OVO
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o encaminhamento da Liderança do Governo é pela manutenção do veto do Sr. Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu que sou tão crítico de algumas ações do Governo, acho que é responsabilidade de um Parlamentar sério, quando ele vê uma boa atitude por parte do Governo, também saber reconhecer. Essa é a responsabilidade de um Parlamentar.

Vejo esse veto do Governador como uma ação extremamente positiva, até porque uma coisa é área comercial, outra coisa é área residencial. Em uma cidade que tem o mínimo de planejamento urbano não pode haver comércio em áreas residenciais. Uma coisa é uma área residencial, outra coisa é uma área comercial.

Um legislador sério tem de visar e ter por objetivo a qualidade de vida da população, do contribuinte que paga seus impostos, às vezes com muito suor, e que só quer ter serviços públicos de qualidade, só quer ter um mínimo de qualidade de vida. Então, quando se faz a opção por defender os moradores e a qualidade de vida deles, ao invés de defender interesses comerciais, isso tem o meu aplauso.

Portanto, votarei pela manutenção do veto do Sr. Governador. Votei contra o projeto e o Governador, ao vetar o projeto, tem a mesma atitude que eu e eu tenho obrigação de reconhecer isso, de reconhecer que ele agiu com espírito público nessa questão do veto.

Votarei com ele e pela manutenção do veto do Sr. Governador, no que eu o parabeno desta tribuna.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas vezes dissemos nesta Casa e nesta tribuna que não fazemos política como Medéia, da tragédia grega, que para punir o marido que a abandonou, assassinou os dois filhos. Nós não votamos contra projetos ou iniciativas do Executivo que venham no sentido de beneficiar a população. Não penalizamos a população para penalizarmos o Governo sendo a Oposição que somos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Por isso, vamos seguir a mesma orientação, vamos votar pela manutenção do veto, até porque a posição estabelecida por esta Casa, de conceder o alvará precário, era uma forma envergonhada de possibilitar um comércio ilegal. Era a forma envergonhada de dizer que esta Casa não aceita o projeto original de Lúcio Costa, que mereceu a condição de ser tombado e fazer parte da lei dos tombos. Era uma forma envergonhada de dizer que somos indiferentes ao sofrimento de moradores que estão em uma quadra residencial – portanto, com toda a sua estrutura para ali comportar uma residência – e que acabam tendo a sobrecarga dos seus equipamentos, dos estacionamentos, das vias públicas, absolutamente intempestiva em função da mudança de destinação. Em respeito ao zoneamento desta cidade, em respeito ao projeto de Lúcio Costa; em respeito a esta cidade chamada Brasília, que não comporta atitudes que venham, pontualmente, a ferir o seu todo e a sua concepção; em respeito aos moradores da W3 Sul, que têm o direito à qualidade de vida, vamos seguir a mesma orientação.

Diz o Estatuto das Cidades que a cidade tem de ser pensada tendo como centralidade a pessoa. Se é necessário que tenhamos em Brasília hospedagens de custo menor que os cobrados pelos grandes hotéis – eu concordo com isso –, que se pense em uma área específica para isso. Uma área, inclusive, que seja passível de fiscalização, que tenha padronização. Estive, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, visitando uma pousada na W3, em 2003, onde tinha sido morto um índio, em função de um incêndio. E ao chegarmos lá, exatamente ao meio-dia, com uma claridade imensa nas ruas da nossa cidade, não conseguíamos enxergar um palmo à frente do nariz, pois ali não havia iluminação nem ventilação naturais.

Sei que nem todas as pousadas são assim e que a grande maioria delas preserva a comunidade, o conforto e o respeito às pessoas que ali se hospedam. Por isso eu sugeri a esta Casa que tomássemos uma providência, que discutíssemos com o Governo do Distrito Federal, também com o Ministério Público, com a comunidade organizada, o conselho da Asa Sul sobre esse tipo de estabelecimento comercial, as pousadas que abrigam uma população que não tem renda para pagar as diárias escorchantes dos nossos hotéis. Sei que Brasília precisa ter – eu não conheço nenhuma cidade turística que não ofereça isso à população – hospedagem a preços mais módicos, mas que sentemos e exijamos do Governo, em um processo negocial, uma área que não seja contra o zoneamento, contra o projeto, contra a qualidade de vida dos moradores. Que os próprios donos de pousadas sugiram uma área que seja próxima de onde será a nova rodoviária. Pode ser uma opção. Trabalhemos nessa perspectiva para que possamos contemplar os interesses que aparentemente são antagônicos.

Mas, em verdade, governar, já disse alguém, é a arte de buscar e harmonizar o consenso de interesses que, aparentemente antagônicos, pelo bom-senso, pelo cumprimento da própria legislação, são possíveis de se governar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Governar é a arte de conciliar interesses importantes para seguimentos da cidade que aparentemente possam estar antagônicos, em pólos opostos. Por isso fica aqui a minha proposta e a nossa posição de manter o veto do Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO DR. CHARLES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero saudar aqui a todos da carreira de apoio da Polícia do Distrito Federal, muito obrigado e parabéns pela presença de vocês.

Quero dizer também a todos vocês da luta incansável deste nobre Parlamentar, Deputado Alírio Neto, por todos vocês. Quero saudá-lo e parabenizá-lo também, Sr. Presidente, por tudo. Estamos solidários com esta causa sua e deles, que também é nossa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Passarei a Presidência ao Deputado Wilson Lima, pois estou inscrito para discussão.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto, para discutir.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população e imprensa, votei favoravelmente a esse projeto e este foi vetado pelo Governador. Quero fazer alguns esclarecimentos aqui.

Sou homem de partido, homem da vida pública já há alguns anos e sou solidário à minha bancada já que houve um acordo para a manutenção do veto. Mas quero deixar claro que não me arrependo em nenhum momento do meu voto, porque voto principalmente olhando a população do Distrito Federal. Voto principalmente comprometido com a grande massa populacional desta cidade, em especial os que ajudaram a construí-la, lembrando que ela, realmente, é a Capital da República.

Voto porque ando por esta cidade e sei da realidade da nossa população. Se Brasília, o Plano Piloto, foi uma cidade concebida e planejada para ter cada comércio em seu ponto certo, não é a realidade que a gente vê no restante do Distrito Federal; não é a realidade que vemos nos assentamentos que foram recentemente constituídos em Brasília. A maioria não tem comércio estabelecido e alguns deles só têm possibilidade de ter comércio em residências – é claro, com anuência do vizinho –, abrindo a possibilidade de os moradores daquela região buscar o subsídio, muitas vezes do seu dia-a-dia, nesse comércio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

A realidade é muito complicada quando se tem que legislar. Eu queria fazer alguns esclarecimentos para que se tenha noção do que está ocorrendo. Posso citar como exemplo a minha cidade, que eu defendo nesta Casa, porque lá tenho um vínculo histórico, pois fui criado no Guará.

Vou citar como exemplo a questão das escolas infantis, principalmente os jardins-de-infância e as creches: no Guará não existe nenhuma previsão de área para que as pessoas que venham a trabalhar deixem suas crianças em segurança naquele local.

Esse projeto, na verdade, quando é mantido o veto, vai impossibilitar que os trabalhadores, principalmente as mães a quem sempre cabe esta responsabilidade, deixem seus filhos ali. E a sociedade brasileira sobrecarrega a mulher – essa é a grande realidade, porque as mães, quando têm a oportunidade de ter um emprego, não têm onde deixar suas crianças. Por exemplo, a cidade do Guará, já que todo o comércio está vinculado a creches, a escolas-infantis, será atingida diretamente por esse veto.

Tenho um compromisso de bancada e quero deixar bem claro: não vou atrapalhar, não pretendo atrapalhar, mas tenho, antes de mais nada, um compromisso com a sociedade de Brasília.

E quero deixar claro e registrado o meu compromisso com a sociedade: defendi o projeto enquanto pude, percebo que seremos derrotados, mas o meu compromisso é com a população de Brasília.

Votei porque sou testemunha de uma creche chamada Pôr do Sol, localizada na W3, próxima ao Hospital Universitário. Tive a oportunidade de conhecer aquele estabelecimento e presenciei quinze crianças com câncer. As famílias vêm de fora e se hospedam naquela pousada, próxima daquele hospital. Imagine qual é o brasileiro que vai conseguir pagar o custo de ficar meses hospedado em um hotel cinco estrelas no Plano Piloto – hotéis caríssimos que temos no centro da cidade -, para conseguir se estabelecer e fazer um tratamento no Hospital Sarah? Qual brasileiro poderá pagar esse custo de ficar meses hospedado num hotel cinco estrelas para fazer um tratamento de uma criança que tem câncer?

Fica aqui o meu registro. Vou acompanhar minha bancada na votação, mas vou abster-me. Que fique registrado que eu lutei até o último instante na perspectiva de que o povo brasileiro, que vem buscar Brasília muitas vezes para protestar no Congresso Nacional, tivesse um local em que pudesse se hospedar com um custo mais barato.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Deputado, eu gostaria de parabenizar sua preocupação bastante justa, mas não poderia deixar de frisar que, infelizmente, os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

bons, na maior parte das vezes, têm que pagar pelos ruins. Naquele caso da W3 sul e das HIGGS, não quer dizer que só haja coisas como o exemplo que V.Exa. deu da creche. Infelizmente, grande parte daquelas pensões foi taxada e descoberta como casas de prostituição. Eu acompanhei esse processo desde o início. Infelizmente, é o que eu disse: os bons, às vezes, são obrigados a pagar pelos ruins. Esse foi o grande problema.

Entendo a preocupação da comunidade que mora – em sua maioria idosos, os primeiros que chegaram a Brasília – naquela área tombada, uma área residencial. Se realmente fosse comércio que não trouxesse danos à comunidade, eu até poderia relevar, mas acontece muita marginalidade e um alto índice de prostituição instalado no meio da zona residencial.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Raad Massouh, e compreendo a sua posição. Mas quero deixar bem claro que essa ponderação de V.Exa., com todo o respeito, não me convence, porque, se há a prostituição, ela é um crime previsto no Código Penal Brasileiro e há punição para as pessoas que praticam ou que venham a patrocinar a prostituição.

Não deveriam fechar hospedaria ou fecharem a possibilidade de comércio provisório em residência, porque nós temos o restante em Brasília. Não vamos legislar apenas para a W3, vamos legislar para todo o Distrito Federal, para as regiões administrativas e para os assentamentos.

Eu penso que, acima de tudo, a lei tem de ser cumprida, mas não quero polemizar. Sinto-me tranquilo por ter votado e ter lutado permanentemente pela oportunidade de comércio em residência desde que com a anuência do vizinho.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Alírio Neto, congratulo-me com V.Exa. por algumas de suas declarações, principalmente a respeito das pousadas e da questão da área tombada.

O que se votou aqui foi uma coisa extremamente coerente. Não votamos a eternização das pousadas, transgredindo assim o Plano Diretor, a área tombada de Brasília. Votamos um período de transição até que o Governo consiga áreas em regiões mais próximas aqui do centro onde essas pousadas possam se instalar. Como aqui já foi dito, muitos brasileiros que vêm resolver seus problemas em Brasília não conseguem se hospedar nos hotéis.

É lamentável que essa tese não tenha sido realmente acatada, não tenha sido aceita, até porque aqui não se discute se um está fazendo isso, se outro está fazendo aquilo. Essa não deve ser a razão da nossa discussão. Não se pode dizer o que está acontecendo nos apartamentos e nas suítes dos melhores hotéis deste País e do mundo. Nesses apartamentos, não se podem transgredir costumes morais



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

realmente vigentes. Aqui, não se trata disso. A questão é que estão tirando abruptamente uma coisa com a qual a cidade conviveu anos, anos e anos.

Estamos numa campanha de preservar, de restabelecer o plano original de Brasília. Tudo bem. O que a Casa propôs foi uma solução intermediária, que era a da preservação, da transição. Esse alvará transitório que foi proposto não é nenhuma aberração, não, era um alvará de justiça.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte da Deputada Eurides Brito.

Sr. Presidente, só para encerrar as minhas palavras, quero deixar bem claro que não me arrependo em nenhum momento do meu voto. Entendo que esta cidade não é a Capital somente da parcela da população mais bem remunerada deste País, que mora no Plano Piloto, e, sim, a Capital da República, de todos os brasileiros. Eu defendi que todos os brasileiros possam, em algum momento, hospedar-se em Brasília. Efetivamente, em hotel cinco estrelas, o povo brasileiro não consegue se hospedar.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, propus-me a discutir essa matéria provocado pelas alegações e teses defendidas por V.Exa.

Eu só queria fazer aqui uma reflexão sobre a situação dos proprietários de pousadas, pessoas que estão sofrendo um prejuízo enorme neste momento, porque têm projetos de vida naquela região. O grande problema é que essas pessoas também foram vítimas da permissividade. Durante anos, permitiu-se a instalação de pousadas em determinadas áreas. Durante anos, fez-se vista grossa em relação àquela atividade. Essa vista grossa e essa permissividade fizeram com que investimentos fossem feitos por parte de pessoas honestas, de pessoas que encontraram uma alternativa de vida e, mais do que isso, detectaram realmente a necessidade de hospedagem no Distrito Federal para a classe popular.

Brasília recebe pessoas hoje do País Inteiro e, em especial, do Centro-Oeste que buscam no Hospital Sara Kubitschek alguma alternativa de vida. Essas pessoas serão prejudicadas.

Eu só queria fazer este registro: essas pessoas foram vítimas da permissividade e da vista grossa de governos anteriores, que foram empurrando com a barriga essa situação.

Hoje o Poder Legislativo buscou uma alternativa de transição. Nós também tentamos fazer uma transição para as vans, mas não encontramos amparo para essa transição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Eu vou acompanhar a minha bancada. Eles são trabalhadores, são pessoas que fazem projetos de vida, fazem investimentos e, de uma hora para outra, são pegos de surpresa por medidas judiciais e por ações que não levam em consideração a sensibilidade e a necessidade de entender o momento dessas pessoas.

Era esse o registro que eu queria fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) AO(S): Parágrafo Único do Art 1º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

PROJETO DE LEI Nº(S) 851/08

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X			
	BENÍCIO TAVARES - PMDB			X	
	BERINALDO PONTES - PP	X			
	BISPO RENATO - PR	X			
	BRUNELLI - DEM	X			
	CABO PATRÍCIO - PT				X
	CHICO LEITE - PT				X
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X			
	DOUTOR CHARLES - PTB				X
	ÉRIKA KOKAY - PT	X			
	EURIDES BRITO - PMDB		X		
	GERLADO NAVES - DEM	X			
	JAQUELINE RORIZ - PSDB		X		
	LEONARDO PRUDENTE - DEM	X			
	MILTON BARBOSA - PSDB				X
	PAULO TADEU - PT		X		
	PEDRO DO OVO - PMN	X			
	RAAD MASSOUH - DEM	X			
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X			
	REGUFFE - PDT	X			
	ROGÉRIO ULYSSES - PSB	X			
	ROBERTO LUCENA - PMDB				X
	WILSON LIMA - PR	X			
	ALÍRIO NETO - PPS			X	
	TOTAL	14	03	02	05

ASSP	SECRETÁRIO DEP. <u>WILSON LIMA</u>	ASSP	Nº <u>1</u>
VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	03	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	02		
AUSÊNCIAS	05		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 3 votos contrários e 2 abstenções. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito para declaração de voto.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu votei “não” por entender que o que votamos na Casa em primeiro turno não ofenderia, não transgrediria o Plano Diretor de Brasília, uma vez que dava às pousadas apenas um prazo de transição até que o Governo resolvesse para onde iriam as verdadeiras pousadas e o conseqüente fechamento de atividades ilícitas, ilegais, na região. Por essa razão, porque aquela tese defendida é a que acho correta, voto “não”.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh para declaração de voto.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para declaração voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênizo o Governador Arruda pela posição e o pedido de manter-se o veto pela legalidade e pela cidade. Eu, como Deputado, sempre apoiarei o que for a favor da legalidade. No meu entender, estou votando pela legalidade de se manter aquela área estritamente residencial.

Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero informar a este Plenário que ainda não concluímos a “novela” do transporte público de Brasília. Pelo contrário, os trabalhadores estão desempregados, desamparados, e o Governo não soluciona o problema, não encaminha a questão.

Ontem, é importante dizer a este Plenário, o Tribunal de Contas do Distrito Federal julgou os últimos embargos solicitados pela Secretaria de Transportes para validar uma licitação fraudulenta, que desempregou milhares de trabalhadores. O Tribunal de Contas, por unanimidade, Deputado Líder do Governo, decidiu não reconhecer a licitação. A Secretaria de Transportes perdeu a última alternativa que lhe restava — o embargo. Portanto, essa é uma licitação que está enterrada no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

âmbito do Tribunal de Contas e do Poder Público. Então, quero apenas informar o fato a esta Casa. Está aqui a decisão do Tribunal de Contas, em sessão ordinária, por unanimidade, de não reconhecer o embargo da Secretaria e, portanto, manter a licitação declarada como viciada, ilegal.

Espero muito que esta Casa, que se comprometeu com os trabalhadores a solucionar a situação do transporte público alternativo, possa retomar esse debate. Inclusive, convido os trabalhadores a tomarem de novo esta Câmara, para que possamos tentar avançar no sentido de garantir uma solução para eles, para quem, infelizmente, a Secretaria de Transporte e o Governo do Distrito Federal têm virado as costas. Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há uma situação nesta Casa que precisa de solução. Eu queria, inclusive, pedir a V.Exa. para encaminhar um estudo a fim de que seja visto o que, constitucionalmente, pode ser feito por esta Casa para solucioná-la. Trata-se da questão dos suplentes. Acho um absurdo fazer com que os suplentes tenham de passar por determinadas situações.

A responsabilidade de um Parlamentar é votar "sim" ou "não" de acordo com a sua consciência, seja qual for o projeto. O Parlamentar tem esse direito. É isso que a população e o contribuinte querem. O Deputado não pode ser obrigado a votar conforme posição determinada por outro.

Quero prestar a minha solidariedade aos Deputados Roberto Lucena, Berinaldo Pontes, Raad Massouh, Geraldo Naves, Bispo Renato e Pedro do Ovo. Existe uma série de suplentes que, vez por outra, são obrigados a agir distintamente de como, em sua consciência, acham que deveriam, porque, simplesmente, alguém diz que, se eles não agirem dessa forma, vai voltar à Casa e retirar-lhes o mandato. Quero deixar aqui publicamente que não acho isso correto. Já disse isso aqui uma vez e estou reiterando.

Peço à Presidência desta Casa, na pessoa de V.Exa., que tem mantido o equilíbrio e a ponderação, que seja feito um estudo a fim de sabermos o que constitucionalmente pode ser feito para que os suplentes tenham certa estabilidade e possam votar de acordo com suas consciências - nada mais óbvio! Isso não quer dizer que tenha de ser a minha opinião, pode ser diversa da minha, porém o suplente tem o direito de votar em favor do que ele acha que é o melhor para a população. Todos os suplentes que estão aqui obtiveram votos, não caíram aqui de pára-quadras.

Portanto, peço a V.Exa. que encaminhe um estudo para que tenhamos uma solução para esse problema. Não dá para o Parlamentar exercer o mandato pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

metade, porque quem sofre, quem é prejudicado é o contribuinte. Nem sempre os suplentes que estão exercendo os mandatos votarão com o mesmo pensamento que eu. Porém eles têm de ter o direito, como legítimos representantes da população, de votar de acordo com o que a consciência deles diz ser o correto, e não sob pressão de terceiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Reguffe, somo-me a sua preocupação. Recebo crítica até de alguns Deputados que não estão nesta Casa pela atenção especial que dispenso aos suplentes que trabalham conosco, visto que, no exercício do mandato, eles não são suplentes, e, sim, titulares do mandato a eles delegado pela população. Há suplentes que até tiveram votação superior à de alguns Deputados que estão na Casa por contingência de coligações, por causa da nossa legislação eleitoral. Essa é uma realidade.

Eu também já fiz parte do bloco dos suplentes que tiveram mais votos que os Deputados em exercício, assim como V.Exa. também já esteve nessa situação. Acho que quem assume o mandato deve ter a prerrogativa do exercício total do seu mandato, do mandato parlamentar. Essa é a minha posição.

Existe um projeto em tramitação na Casa, e pretendo levá-lo à discussão em breve. Não quero levantar polêmica, mas pretendo discuti-lo para que possamos regulamentar, a exemplo do que é feito no Congresso Nacional, o exercício do mandato do Deputado que o assume provisoriamente por meio da suplência.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentre as matérias a serem apreciadas, solicito que seja votado o requerimento que transforma as sessões de quarta-feira e de quinta-feira da semana que vem em comissões gerais para o debate do PDOT. Tal requerimento é apresentado em conjunto pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e pela Comissão de Constituição e Justiça, que têm como presidentes o Deputado Batista das Cooperativas e a Deputada Eurldes Brito, respectivamente.

Nesse sentido, solicito a V.Exa. que o requerimento seja apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Benício Tavares, a Presidência acatará a solicitação de V.Exa. por se tratar de assunto da maior relevância. Porém esta Presidência apresenta uma proposta aos Deputados.

Há ainda alguns vetos na pauta, e existe o acordo pelas Lideranças da Casa de que somente passaremos pela obstrução dos vetos se houver unanimidade. A minha sugestão às Lideranças é que, caso haja a concordância de todos os Deputados, deixemos para apreciar os vetos depois e apreciemos diretamente a pauta, iniciando pela proposta apresentada pelo Deputado Benício Tavares e outros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Parlamentares. É muito importante que as sessões ordinárias de quarta-feira e quinta-feira da semana que vem sejam transformadas em comissão geral para discutirmos o PDOT em tramitação nesta Casa com alguns técnicos e *experts* em determinados assuntos, como meio ambiente e transporte.

Se não houver obstrução de nenhum Parlamentar a essa excepcionalidade, a essa alteração da pauta, podemos iniciar as votações com a apreciação do requerimento.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vejo problema algum em apreciarmos o requerimento. No entanto, a Câmara Legislativa só tem sessões deliberativas em plenário às terças, quartas e quintas, à tarde. Acho que há outros horários que também poderíamos aproveitar para fazer essa discussão com a presença de todos os Parlamentares, visto que se trata de um assunto de relevância, sem dúvida alguma.

Quero apenas fazer esse apelo, para que sejam usados outros horários que não os horários do plenário para as comissões gerais.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Reguffe, eu gostaria de debater essa questão no horário da votação do requerimento, para que pudéssemos continuar com a pauta.

Peço, então, a V.Exa. que faça essa ponderação no momento em que formos votar o requerimento.

DEPUTADO REGUFFE – Estou de acordo, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou também debater esse assunto, pois a comissão geral é regimental.

Com relação ao que V.Exa. sugeriu, há concordância por parte do Partido dos Trabalhadores. Sugiro que votemos o requerimento sem prejuízo, já que amanhã votaremos as matérias que estão na pauta.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Com relação à comissão geral, Sr. Presidente, e agradecendo a benevolência de V.Exa., quero deixar registrado que não sou contra a realização de comissão geral. Sou contra o excesso de comissões gerais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de, rapidamente, parabenizar o Deputado Reguffe e V.Exa., que são testemunhas de que, desde o primeiro dia que estive aqui, eu coloquei esta Casa e esta Mesa a par das dificuldades pelas quais passam os suplentes.

Fico feliz por saber que há uma preocupação por parte de V.Exa. e há compreensão do Deputado Reguffe e demais Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Raad Massouh, temos que ter sabedoria para evitar que as emoções, nos momentos de debates, venham a suplantar ou mesmo escurecer ou sombrear o raciocínio.

Essa questão é algo relevante para ser discutido nesta Casa. Portanto, pretendo levantar o debate, uma vez que o Deputado Reguffe fez essa observação que V.Exa. também havia feito há alguns dias. Há um projeto em tramitação na Casa que, se for necessário e se houver acordo entre as lideranças, nós colocaremos na pauta.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 165, de 16/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 71ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deixaremos os demais vetos para serem votados amanhã.

Passaremos, então, ao Item nº 14, que trata do Fundo de Apoio à Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Eu gostaria de esclarecer aos colegas da Polícia Civil, da carreira de apoio, que o nosso projeto está na pauta, e que, neste momento, o representante dos senhores e os assessores estão conversando com o Deputado Milton Barbosa e com outros Deputados no intuito de chegarmos a um acordo sobre a proposição, para que possamos colocá-la em pauta.

O projeto, ao que tudo indica, será inserido na pauta. Se depender de mim, ele será votado hoje, pois há um acordo, inclusive, com a Liderança do Governo, que também está de acordo com a proposição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Estamos apenas acertando os detalhes de algumas emendas que estão sendo apresentadas, inclusive com a liderança dos senhores.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.126, de 2008, de autoria da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e da Comissão de Constituição e Justiça, que "requer a substituição de sessões ordinárias por comissões gerais, para debater o Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, que trata do PDOT, de autoria do Poder Executivo".

Em discussão, em turno único.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, votarei favoravelmente ao projeto, pois considero a discussão do PDOT importante, até porque tenho várias críticas ao atual projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

Só acho que tem que haver algum limite para o número de comissões gerais a serem realizadas no mês. Não sou contra a realização de uma comissão geral para tratar de assunto importante como o do PDOT. Sou contra o excesso de comissões gerais. Infelizmente isso é contra a minha opinião porque defendo que a Câmara tivesse sessões deliberativas ordinárias de segunda-feira a sexta-feira. Como a Casa só tem sessões de terça-feira a quinta-feira, acredito que tem de ser limitado o número de comissões gerais. Sou contra o excesso de comissões gerais.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência informa ao Deputado Reguffe que solicitei um levantamento pela assessoria da Mesa e a última comissão geral da Casa foi em maio deste ano. Acredito que V.Exa. está confundindo comissão geral com audiência pública, provavelmente, porque a última comissão foi em maio e já estamos em setembro.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, até agora percebi que estão tramitando aqui quatro projetos de comissão geral. Um deles, que também é importante, é para discutir a questão do viaduto e do preço excessivo que foi gasto na construção do Viaduto Israel Pinheiro, localizado na EPTG, na entrada de Águas Claras. Existem outros assuntos com sugestão de comissão geral. Então, justamente por ser contra o excesso de comissões gerais, estou sendo previdente. Isso não é uma crítica ao passado!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – V.Exa. está se antecipando. Compreendi!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO REGUFFE - Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, enfocamos justamente no horário da sessão porque é fundamental que todos os Deputados estejam presentes e que possamos promover esse amplo debate. Acredito que esse projeto é o mais importante desta legislatura e, caso não haja uma ampla discussão, na hora em que formos votar, evidentemente vamos levar muito tempo para apreciar um projeto tão complexo como o PDOT.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência gostaria de se somar às palavras do Deputado Benício Tavares porque, Deputado Reguffe, acredito que neste caso especificamente tem de ser feita uma comissão geral no plenário da Casa para contarmos com o maior número de Parlamentares presentes.

Faço um apelo aos Deputados, já que na quarta-feira e na quinta-feira que vem haverá comissões gerais sobre o PDOT, para que chamem os principais assessores da área para virem ao plenário a fim de termos oportunidade de fazer um debate salutar. Ainda sugiro que se faça o convite, caso ainda não tenha sido feito, aos técnicos ou a algum membro do Ministério Público que queira participar desse debate.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero externar o nosso posicionamento favorável à aprovação de tal requerimento.

Entendemos que o debate é mais importante do que a preocupação de votarmos matérias aqui no plenário. O PDOT é uma matéria muito complexa. Quanto mais debates acontecerem, melhor será.

É melhor, se for necessário, fazer como está sendo proposto: duas comissões para debatermos tal tema. Eu dizia aos Parlamentares que não vejo nenhum prejuízo no trabalho e que não percebo, por parte do Governo ou dos próprios Parlamentares, atraso algum nas matérias que estão tramitando. Esta Casa está votando todas as matérias que porventura entrem em regime de urgência, sem prejuízo da tramitação e dos debates.

Concordaria com a preocupação do Deputado Reguffe se houvesse abuso; mas não há! Muito pelo contrário; há uma preocupação. V.Exa. sabe muito bem que apenas uma comissão geral foi realizada no ano inteiro. Diante dos diversos problemas que existem nesta cidade, aconteceram poucas comissões gerais, ou seja,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

O procedimento de aprovarmos matérias em primeiro turno para depois discutirmos as emendas não é o melhor. Podemos discutir as emendas e com o fruto dessa discussão – que nem sempre resulta em um consenso absoluto – votar o primeiro e segundo turnos.

Sugiro ao Líder de Governo que apreciemos a matéria amanhã. Não há nenhuma dificuldade em apreciarmos o projeto como ele se encontra. As nossas emendas são apenas aditivas, mas precisamos discutí-las.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Erika Kokay, se houver consenso entre as Lideranças – em especial a de Governo – não há nenhum problema.

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. concorda com a solicitação da Deputada Erika Kokay?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, não vejo nenhum problema.

Há vários projetos na pauta ainda não acordados.

Assim, sugiro que permutemos este projeto pelo Item nº 13 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Item nº 13:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a utilização das áreas da cobertura, do semi-enterrado e do subsolo das edificações situadas no Setor de Administração Municipal - SAM - Região Administrativa de Brasília - RA I e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CAF

Deputado Milton Barbosa - CCJ.

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Fundiários na forma de substitutivo.

Foi apresentada uma emenda de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a emenda de plenário.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários à Emenda Modificativa nº 1, que dá a seguinte redação ao art. 1º: “Nas edificações situadas no Setor de Administração Municipal - SAM, Região Administrativa de Brasília, é permitida a ocupação da área de cobertura para reuniões, cursos, palestras e outras atividades culturais”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Como a emenda apenas aprimora o texto do projeto em epígrafe, o nosso parecer é pela sua aprovação, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer sobre a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Na ausência do Relator, Deputado Milton Barbosa, solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2007, na forma de seu substitutivo, e à emenda apresentada em plenário. (Pausa.)

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que recebeu, quando relatado na Comissão de Assuntos Fundiários, um substitutivo que "dispõe sobre a utilização das áreas da cobertura, do semi-enterrado e do subsolo das edificações situadas no Setor de Administração Municipal – SAM, Região Administrativa de Brasília – RA I".

Na Comissão de Assuntos Fundiários, a matéria já recebeu parecer favorável. Em plenário, foi apresentada a Emenda Modificativa nº 1, assinada pelos Deputados Rôney Nemer, Jaqueline Roriz, Cristiano Araújo e Milton Barbosa, que sugere a alteração do art. 1º do projeto de lei complementar dando-lhe nova redação sem que o mérito da proposta original do Governo seja sacrificado. Pelo contrário, ele é aprimorado pela apresentação do substitutivo.

Sendo assim, encaminhamos, Sr. Presidente, pelo parecer favorável.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável ao substitutivo e à emenda.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. já se pronunciou nesta sessão sobre a decisão do Tribunal de Contas que negou o agravo apresentado pela Secretaria de Transporte.

Nenhuma das propostas efetivadas durante o período de discussão desta Casa foi implementada. Urge que a Comissão, que hoje está desfalcada em função da saída desta Casa da Deputada Ellana Pedrosa, composta por V.Exa., Sr. Presidente, por mim e pelo Deputado Raimundo Ribeiro, possa continuar o processo de discussão, porque a posição do Tribunal de Contas é clara: há ilegalidade na licitação que foi feita pelo governo local.

Portanto, o sofrimento das pessoas que não estão dispendo de transporte alternativo e dos profissionais que movimentavam esta forma de transporte no Distrito Federal é grande. Então, esse processo foi tecido com as teias da ilegalidade pelo Governo do Distrito Federal. Urge, portanto, que tomemos uma decisão nesta Casa e, no mínimo, reativemos a Comissão aqui tirada para que possamos buscar uma negociação que minimize o prejuízo desta categoria.

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em votação, em primeiro turno.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / 2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
- CCJ CEOF CAS CDDH CDEP CAF CDC CES CSEG CDESC MAT M.DIR. COM.ESP.
- PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 40/07
- PROJETO DE LEI Nº(S)
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)
- PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)
- RECURSO Nº (S)
- REQUERIMENTO Nº (S)
- OUTROS
- VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	TOTAL	---	18			6	

* P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência informa aos senhores Parlamentares que está ocorrendo nesta Casa a negociação com relação ao projeto de interesse dos trabalhadores da área de Segurança Pública, atividade-meio. Ainda não se chegou a um acordo, inclusive com relação às reivindicações da própria categoria.

Portanto, esta Presidência informa que passaremos à apreciação de matérias constantes na Ordem do Dia, de autoria de Parlamentares presentes no plenário, sem prejuízo para aqueles que porventura estejam ausentes.

Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 944, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "dispõe sobre a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CES

Deputada - CCJ.

Essa matéria ainda não tem pareceres aprovados nas comissões, em especial na Comissão de Educação e Saúde e na Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Raad Massouh para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raad Massouh, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 944, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "dispõe sobre a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 944, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "dispõe sobre a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, o Deputado Pedro do Ovo no seu projeto de lei apresenta a seguinte justificativa:

"A presente proposição tem por escopo facilitar a leitura dos receituários prescritos por médicos e dentistas do Distrito Federal, tendo em vista a dificuldade dos profissionais que trabalham na manipulação dos receituários, bem assim do entendimento público em geral, cuja dificuldade se estende até mesmo ao simples nome do remédio indicado, que dizer, então, das instruções de uso."

Por isso, o referido projeto, em seu art. 1º, diz: "Toda receita médica e pedidos de exames deverão ser digitados no computador e impressos pelo médico no momento da consulta, acompanhados de sua assinatura e carimbo, nos hospitais públicos e privados, ambulatórios, clínicas, consultórios médicos e odontológicos particulares do Distrito Federal".

Diz ainda a justificativa: "Com a atual tecnologia sempre em desenvolvimento e com a facilidade de aquisição de computadores de última geração a preços módicos, é sensato essa exigência legal (...)"Sr. Presidente, tomei conhecimento dessa proposta agora. Eu gostaria de conversar com o Deputado Pedro do Ovo para realizar uma pequena emenda ao projeto. Há casos em que o médico tem de atender o paciente na rua e ali ele precisa fornecer uma receita. Nesse caso, poderíamos regulamentar algo como o uso da letra de forma. Sei que letra de médico é complicada. Sou mãe de médico e, às vezes, digo que ele precisa voltar ao caderno de calligrafia.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de saber se o Deputado Pedro do Ovo aceitaria tal sugestão.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputada Eurides Brito, V.Exa. é a Relatora do projeto e pode fazer essa relação harmoniosa. Como Relatora, V.Exa. tem a prerrogativa regimental de pedir vista ao projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, temos condições de voltar a relatar o projeto em seguida. Não precisamos deixar de aprová-lo hoje. Por enquanto, passaríamos à apreciação de outro projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputada Eurides Brito, enquanto V.Exa. analisa o projeto, passaremos à apreciação de outra matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a inclusão, na Ordem do Dia de amanhã, do Projeto de Lei nº 960, de 2008, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais)". Esse projeto já está em tramitação nesta Casa. As assessorias do Partido dos Trabalhadores e de outros Deputados solicitaram informações, que já chegaram. Peço ao nosso assessor, Sr. Eduardo Almeida, que centralize as informações e as distribua aos técnicos que desejarem as cópias referentes a esse crédito, em especial a relação de empresas que recebem os benefícios do FUNDEF. A Secretaria de Fazenda enviou de forma didática e analítica as informações solicitadas pela Liderança do Partido dos Trabalhadores e pelos demais Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Sr. Presidente, eu também gostaria de solicitar a inclusão, na pauta de hoje, do Projeto de Lei nº 941, de minha autoria, juntamente com o Deputado Cabo Patrício, que inclui o evento Prêmio Engenho de Comunicação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Deputado Leonardo Prudente, esta Presidência também acata esse pedido de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, sobre a Inclusão, na pauta de amanhã, do projeto que trata de crédito suplementar, quero dizer que os técnicos farão a análise, e poderemos apreciar o projeto após sanarmos todas as dúvidas, já que as solicitações de crédito vieram para cá.

Sr. Presidente, fique sabendo, por meio dos permissionários do STPA, que, por unanimidade, foram declarados, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, os embargos quanto à licitação promovida pelo Secretário de Transporte do Distrito Federal, Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal, Deputado Federal Alberto



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Fraga. Os trabalhadores obtiveram mais uma vitória, com muito trabalho e muito sacrifício. Vocês devem continuar na luta, para que possam suspender essa licitação na Justiça. Podem contar com o apoio da bancada do Partido dos Trabalhadores, representada pela Deputada Erika Kokay, pelos Deputados Chico Leite e Paulo Tadeu.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Item nº 27:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.982, de 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima (PR), que "dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal e dá outras providências".

Relatores: Deputado Chico Leite - CAS

Deputado Chico Leite - CCJ.

A matéria recebeu parecer favorável na Comissão de Assuntos Sociais.

A presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.982, de 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação de banheiros públicos nos logradouros públicos do Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

A Deputada Eurides Brito, que é Relatora do Item nº 26, havia solicitado vista, já fez a análise apurada do referido projeto e está em condições de emitir seu parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 944, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "dispõe sobre a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Retomando a questão, Sr. Presidente, o projeto é oportuno porque não dá margem a confusão, inclusive por aqueles que irão interpretar as receitas nas farmácias - já temos registro de casos dessa natureza. Às vezes, as receitas são quase ilegíveis pela forma como são redigidas, e a digitação e impressão pelo computador resolveriam o problema.

Sugerimos como emenda um parágrafo único ao art. 1º, para salvaguardar os casos de atendimentos emergenciais externos, aqueles de rua, como, por exemplo, um atropelamento. Se for preciso receitar algo urgente - e são várias as emergências -, fica o profissional isento do atendimento disposto no *caput* do artigo, devendo, no caso, prescrever a receita utilizando a letra de forma.

É a emenda que fazemos. Encaminhamos pela aprovação, pela constitucionalidade do projeto, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 944, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que inclua na Ordem do Dia, para votação ainda hoje, o Projeto de Lei nº 953, denominando a Praça da Bíblia, logradouro público que especifica.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Esta Presidência acata a questão de ordem de V.Exa. Solicito à Assessoria da Mesa que inclua o projeto na Ordem do Dia.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 852, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "declara de utilidade pública o Instituto Cooperar, Aprender, Ensinar, Educar, Socializar".

Relatores: Deputado Raimundo Ribeiro - CAS

Deputado - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 852, de 2008, do Deputado Batista das Cooperativas que "declara de utilidade pública o Instituto Cooperar, Aprender, Ensinar, Educar, Socializar". Depois de uma minuciosa análise a respeito da proposição nós não encontramos nenhum óbice que obstaculize sua aprovação.

Portanto, recomendamos pela sua admissibilidade no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que pudesse ser apreciado nesta sessão o Item nº 33; trata-se de um requerimento de audiência pública de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 852, de 2008, de autoria do Deputado Batista das Cooperativas, que "declara de utilidade pública o Instituto Cooperar, Aprender, Ensinar, Educar, Socializar."

Insculpido na questão da constitucionalidade, legalidade e admissibilidade do Regimento Interno, nós julgamos o projeto admissível.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados. Vai, portanto, à apreciação em segundo turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

Aliás, Deputado Cabo Patrício, agora não é mais Cabo, é Sargento? Foram os jornais que relataram isso hoje.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, continuo como cabo, até porque não fui reintegrado à instituição, só prescreveu um dos processos, os outros continuam lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Tudo bem, Sargento.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Cuidado que Hitler foi Cabo e Napoleão também.

Quero solicitar a V.Exa. que coloque na pauta do dia também o Projeto de Lei nº 386, de 2007, de minha autoria, em função de que não aprovei nenhum projeto semestre passado. Houve a discussão das Lideranças e tudo, e não conseguimos aprovar o da *lan house*.

Então, para fazer jus, como cada Parlamentar que aprovou um projeto semestre passado está aprovando um nesse, que o meu seja incluído, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Até para homenagear a sua nova patente, eu peço, portanto, à assessoria de Plenário que providencie o acatamento da solicitação de V.Exa. Encaminhe a cópia, se for possível, Deputado Cabo Patrício, à nossa assessoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. colocasse em votação o segundo turno do Item nº 8 da pauta. A escola já foi inaugurada na semana passada, essa Irmã é a história da escola ali no Rodeador. Havia um compromisso para ser encaminhado junto com a dos...

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Apreciaremos agora apenas o projeto que o Deputado Leonardo Prudente solicitou anteriormente e, logo em seguida, o requerimento, enfim, há uma ordem aqui, mas vamos acatar, sim, a solicitação de V.Exa.

Conforme solicitado pelo Deputado Leonardo Prudente, votaremos o Item Extrapauta.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 941, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Cabo Patrício, que "inclui o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

evento Prêmio Engenho de Comunicação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.”

Relator: Deputado - CAS
Deputado - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CAS ao Projeto de Lei nº 941, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Cabo Patrício, que “inclui o evento Prêmio Engenho de Comunicação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.”

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais fizemos uma análise minuciosa a respeito do projeto de autoria dos Deputados Leonardo Prudente e Cabo Patrício, e não encontramos óbice a sua aprovação. Acharnos o projeto de suma importância. Portanto, a nossa recomendação é pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da CCJ ao Projeto de Lei nº 941, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Cabo Patrício, que “inclui o evento Prêmio Engenho de Comunicação no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.”

O Projeto tem a legitimidade, a legalidade e a constitucionalidade, admitidos os requisitos e os pré-requisitos do Regimento Interno.

Portanto, no âmbito desta Comissão, damos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados. Vai para apreciação em segundo turno.

(Assume a Presidência Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Rogério Ulysses a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 953, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que determina "fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica."

Relator: Deputado - CAS

Deputado - CCJ.

(Assume a Presidência Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 953, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que determina "fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica."

No âmbito desta Comissão, somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 953, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que determina "fica denominado Praça da Bíblia o logradouro público que especifica". O logradouro está localizado no Lote 2, da Área Especial da Quadra 37, Vila São José, Região Administrativa de Brazlândia – RA IV.

Não há despesas para o Governo e vem atender, como justifica o nobre Deputado, a antiga reivindicação dos moradores da cidade de Brazlândia. Não há nenhum óbice, somos pela constitucionalidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação do Projeto de Lei nº 386, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional Brasileiro em todas as atividades esportivas oficiais no âmbito do Distrito Federal".

Relator(es): Deputado

- CAS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Deputado

- CCJ.

(Assume a Presidência o Deputado Rogério Ulysses.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 386, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional Brasileiro em todas as atividades esportivas oficiais no âmbito do Distrito Federal".

Parabenizamos o Deputado Cabo Patrício pela brilhante proposição e recomendamos sua admissibilidade. No âmbito desta Comissão, não há nenhum óbice quanto à aprovação do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 386, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional Brasileiro em todas as atividades esportivas oficiais no âmbito do Distrito Federal".

No âmbito desta Comissão, consideramos que o projeto é regimental, é constitucional, está esculpido na legalidade e o reputamos como admissível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto)

EPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, havia um compromisso de que, neste momento, apreciaríamos o item nº 33, de minha autoria, que diz respeito à realização de uma audiência pública. Logo depois, apreciaríamos o projeto de lei de autoria da Deputada Eurides Brito, em segundo turno, já que havia o compromisso de votá-lo junto com o Projeto do Lago Oeste. O projeto do Lago Oeste já foi votado, mas faltou o da Escola do Rodeador, que é o projeto da Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência não se opõe a essa questão. Poderemos votá-lo agora.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos recebendo nas galerias diversos trabalhadores da categoria da segurança pública, em especial da área meio. Peço que votemos agora o primeiro turno do projeto dessa categoria para amanhã votarmos o segundo turno, com as melhorias ao projeto que a própria categoria está solicitando a esta Casa.

Em respeito a eles, peço essa votação sem prejuízo do projeto da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata o pedido do Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Votaremos de Imediato o item nº 33, de autoria da Deputada Erika Kokay e, em seguida, o projeto relativo à carreira de apoio da Polícia Civil, item nº 23.

Item nº 33:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de audiência pública para discutir a situação da feira dos importados".

Em discussão, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Item nº 23:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a carreira de apoio às atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado - CAS

Deputado - CCJ.

Há acordo entre as lideranças para que discutamos as emendas ao projeto apenas em segundo turno porque não traria prejuízo ao projeto.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a carreira de apoio às atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994".

Ao analisar o referido projeto, não encontramos óbice de caráter econômico e financeiro à referida matéria.

Sr. Presidente, estamos apreciando esta matéria em primeiro turno, sem emendas. Como Relator, darei parecer favorável ao referido projeto em primeiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

turno, sem prejuízo de amanhã o melhorarmos com emendas que venham da categoria dos trabalhadores.

Portanto, o parecer é pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência solicita ao Deputado Milton Barbosa que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a Carreira de Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não vislumbramos nenhum óbice a que o projeto receba parecer favorável. A categoria, que ora é reestruturada, é merecedora de todos os encômios, todos os elogios, porque, de fato, presta uma colaboração muito grande às atividades policiais cíveis. Estão todos de parabéns.

Sr. Presidente, eu queria só relembrar a V.Exa. o compromisso que fizemos com aquele outro grupo de viabilizar o encaminhamento de outro projeto que os beneficie. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Correto, Deputado Milton Barbosa. Temos o compromisso de procurar o Secretário de Segurança Pública para tentarmos intermediar um acordo com o restante da categoria.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira de Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, Instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994".

Examinamos a mensagem que chegou a esta Casa, encaminhada com a solicitação de que recebesse um tratamento prioritário. Relatamos em primeiro turno e acompanhamos os votos já dados nas comissões que nos antecederam. Recomendamos a aprovação do texto como está, mas ressalvamos que, no segundo turno, poderemos analisar emendas.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, somos pela constitucionalidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, votamos favoravelmente ao projeto e queremos parabenizar a categoria. Fiz questão de fazer uma declaração para que não atrasássemos mais o processo de aprovação em primeiro turno.

No nosso entendimento, a Polícia Civil do Distrito Federal é uma das mais preparadas de todo o País, tem dado demonstrações de eficiência e é exemplo para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 09 2008	15h30min	71ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

todo o Brasil. Ela não teria essa eficiência se não contasse com vocês. Entendo que a Polícia Civil do Distrito Federal tem nos servidores, na sua carreira de apoio, um elemento fundamental para o seu desempenho. Nada seria feito nesta cidade de honroso com os exemplos que nos dá a Polícia Civil do Distrito Federal se não tivéssemos o trabalho de vocês. Por isso, considero justa a reivindicação de reestruturação da carreira.

Estamos discutindo as emendas escutando vocês – digo isso em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Vamos elaborar emendas coadunadas e em diálogo com vocês, para que possamos discutir a matéria em segundo turno, caso necessário.

Parabéns a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves para declaração de voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assim que cheguei aqui, várias pessoas que trabalham na Polícia Civil pediram apoio a esse projeto. Apóio essa matéria desde que iniciei o Barra Pesada. Desde então, eu convivo com essa turma. Eu não somente apóio esse projeto, como também o endosso, dou as mãos.

Parabenizo o meu amigo Deputado Milton Barbosa por ser o principal idealizador disso e por ser delegado. Parabenizo V.Exa. também, Sr. Presidente. Vi várias faixas com seu nome, Deputado Alírio Neto.

Parabéns a toda a categoria. Um forte abraço a todos. Recebam o abraço dos quinze Deputados que estavam presentes. É a união dos Deputados apoiando vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência agradece a todos os Deputados, bem como a todos da carreira de apoio da Polícia Civil.

Essa é uma grande vitória. Amanhã apreciaremos a matéria em segundo turno. Contem com esta Casa, em especial com a Presidência.

Parabenizo o Deputado Milton Barbosa, o Deputado Geraldo Naves, o Deputado Batista das Cooperativas, o Deputado Reguffe; em especial, o Deputado Wilson Lima, que muito nos ajudou, o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, a Deputada Jaqueline Roriz, enfim, todos os Deputados que estiveram aqui apoiando esta iniciativa. Somente nós que lidamos com isso no dia-a-dia sabemos como é útil o trabalho realizado por vocês para a Polícia Civil e, em especial, para a sociedade de Brasília.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h27min.)